



Anais da Assembléia

Nº 138

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57), achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelos falecimentos da Senhora HELENICE PEREIRA TOLENTINO e do menor MARCELO PEREIRA TOLENTINO, esposa e filho do Excelentíssimo Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, com assento nesta Casa.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornalista RONALD S. STRESSER, pela sua eleição ao cargo de Diretor-Presidente do "Diário do Paraná".

Jornalista de grande expressão nos meios noticiosos do Estado e do País, Ronald S. Stresser ocupa hoje posição de destaque no jornalismo paranaense, porquanto, seu trabalho sério e dinâmico tem dado distinguida contribuição às infor-

mações diariamente transmitidas à população.

Portador de um talento impar e com dotes intelectuais dos mais notáveis, possui ainda ampla experiência administrativa e política, que lhe valeu a eleição para o mais alto cargo de direção do "Diário do Paraná", ganhando com isso aquela prestigiosa empresa jornalística, e também, o próprio povo do Paraná que tem naquele periódico uma importante fonte de informações.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Cardeal e Patriarca Dom Iossef Slipyl, Líder da Igreja Católica Ucraniana, pelo transcurso de seus 40 anos de ordenação episcopal.

Nos dias 21, 22 e 23 de setembro último, afluíram a Roma patriotas ucranianos de todo o mundo livre para cumprimentar esse Grande Filho da Ucrânia, e render-lhe a devida consideração pelos seus dezoito anos de sofrimento em campos de concentração comunistas-moscovitas. Sofrimento este só porque desejava o bem para a Igreja Católica Ucraniana.

Já na época de sua ordenação episcopal, em 1.939, ante-via-se um caminho repleto de cruzeiros ao recém sagrado substituto, e sucessor do Grande Metropolita Andrei Chepteis Kyl. Exatamente nessa época - o exército invasor polonês destruído por tropas de Hitler, fugia das terras da Ucrânia Ocidental; as forças armadas dos nazistas alemães ameaçavam toda a Europa; e tropas da infantaria comunista-moscovita já ocupavam a cidade de Lhviv, a mais importante da Ucrânia Ocidental. O Metropolita Chepteis Kyl vivia então os últimos dias de sua vida de temente servo de Deus. Esses ocupantes de terras ucranianas eram radicais inimigos das duas Igrejas ucranianas, a Católica e a Ortodoxa, e, de modo geral, do povo ucraniano. Todos eles faziam questão de destruir o povo e de tomar para si as férteis terras e ricas jazidas.

Em 1944, no dia 1.º de novembro faleceu o servo de Deus Metropolita Andrei Chepteis Kyl, e o seu sucessor, o Metropolita Iossef Slipyl, juntamente com toda a hierarquia da Igreja Católica ucraniana foram levados pelos comunistas-moscovitas a campos de concentração. Nesses campos moscovitas de trabalhos forçados sofreu o eminente Dom Iossef terríveis torturas tanto físicas como psíquicas.

Apesar que a deturpante Moscou oferecesse ao digno Mártir a Liderança do patriarcado Ortodoxo de Moscou - o Eminentíssimo Padre Dom Iossef Slipyl não traiu a sua Igreja Católica Ucraniana e não traiu seu próprio povo.

Pela providência de Deus e graças à intervenção do Papa João XXIII, veio o Patriarca Iossef Slipyl a viver livre novamente. Em 1969 visitou ele a comunidade ucraniana no Brasil, visitando também a minha cidade, onde recebeu significativa homenagem da Câmara de Vereadores e de toda a população de União da Vitória, em sinal de gratidão pelos trabalhos e dedicação em favor da igreja e das causas sociais.

Em Roma, construiu ele a grandiosa Catedral de Santa Sofia, criou a Universidade Católica Ucraniana de São Clemente. E, o mais importante, unificou ele a Igreja Católica

mente. E, o mais importante, unificou ele a Igreja Católica Ucraniana, antes dividida em várias dioceses metropolitanas, paróquias, e exarcados separados, num Patriarcado com o seu Sinodo da Hierarquia Ucraniano-Católica.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado, na Cidade do Vaticano — Roma Itália, e a Dom Efraim Basílio Krevrey, DD. Bispo do Rito Ucraniano, à Rua Manhão, 1.200, Vila Guaíra, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, seja consignado um voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Paranaíba, Dr. José Vicente Elias, pela criação do Polo Industrial de Ponta do Poço.

Requer, outrossim, seja enviada comunicação da decisão desta Casa aos Srs. Secretário dos Transportes, Presidente da COPEL e da TELEPAR pelas medidas de apoio à consecussão do empreendimento.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

A industrialização assume contornos bastante definidos no sentido de propiciar melhores condições aos municípios.

Todos sabem os inconvenientes das economias dependentes das atividades primárias.

Todavia para um perfeito trabalho requer-se que as diversas etapas sejam realizadas sucessivamente atendendo critérios de racionalização.

A instituição do Polo Industrial de Paranaíba possibilitará que os passos sejam dados dentro dos melhores padrões técnicos.

Também é de se ressaltar que a industrialização se efetivará levando na devida linha de conta a preservação ambiental.

Diante do exposto, confiamos que o nosso requerimento merecerá a aprovação dos demais Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os doutores Cláudio e Moysés Paciornik são nomes consagrados na ciência médica paranaense e brasileira graças ao seu gigantesco trabalho em favor da prevenção do câncer genital feminino.

Não bastasse isso, porém, realizaram os destacados médicos contrarrêneos uma pesquisa árdua e laboriosa junto às tribos indígenas do Sul do País, culminando com um estudo comparativo do parto entre mulheres índias e mulheres civilizadas. Tiveram repercussão mundial as conclusões a que chegaram, isto é, que o conforto e as comodidades da civilização não favorecem as parturientes desse meio, sendo muito menores, entre as mães índias, os problemas e seqüelas do parto que, por sinal, realizam de cócoras.

Esse precisamente — o parto de cócoras — foi o detalhe mais amplamente difundido no exterior, a ponto de terem sido os Drs. Cláudio e Moysés Paciornik convidados, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Tóquio, a ministrar curso sobre a especialidade.

Tratando-se de acontecimento altamente significativo para os nossos meios médico-científicos, além de grandemente lisonjeiro para o próprio Paraná, REQUEIRO, se com isto concordar o Plenário, a inserção em ata de um voto de congratulações aos Drs. Cláudio e Moysés Paciornik.

Aprovado, este, que do fato se dê ciência aos homenagea-

dos.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Direção da Associação Médica do Paraná — Regional de Ponta Grossa — pelo brilhantismo com que se realizou naquela cidade o 4.º Congresso Médico, durante o Período de 25 a 29 do corrente mês.

Requer, igualmente, que deste ato se dê ciência ao Dr. Acelino Bueno Filho, presidente da entidade médica pontagrossense.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Médica do Paraná, realizou por sua Regional de Ponta Grossa, seu 4.º Congresso Médico.

Compareceram àquele conclave, prestigiando com suas presenças, vultos eminentes da medicina brasileira, e no ato de sua instalação o Secretário Oscar Alves, representando Sua Excelência, o Governador Ney Braga, proferiu brilhante palestra, focalizando aspectos importantes do panorama médico-social brasileiro.

O resultado daquele conclave, foi altamente positivo pela elevação com que os temas científicos foram exaltados e pelo brilhantismo com que se houveram seus participantes.

Destarte, o 4.º Congresso Médico de Ponta Grossa faz jus aos aplausos dos integrantes desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, voto de louvor pelo transcurso do Dia do Comerciante-Classe Paranaense, em especial nas pessoas de José Roque da Silva, Presidente dos Trabalhadores do Comércio do Paraná, e Vicente Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Curitiba, e ênfase especial ao Comerciante do Ano: Jair Gonçalves de Oliveira, da cidade de Cornélio Procopio, escolhido em concurso promovido pelo SESC, Canal 12 e "Gazeta do Povo".

Solicitamos, outrossim, que da decisão da Mesa seja dado ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a apreciação do Plenário, seja consignado um voto de louvor à direção do Instituto de Terras e Cartografia, na pessoa do Dr. Joaquim Severino Mesquita, pelo trabalho desenvolvido no sentido de resolver o problema fundiário do Distrito de Campina Alta, Município de Tibagi, que culminou com a entrega a todos os ocupantes daquela área das respectivas licenças de ocupação solucionando um problema social que vinha se verificando há muito tempo.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da COPEL, Dr. Douglas Souza Luz,

solicitando a implantação dos projetos de Eletrificação Rural do Município de Foz do Iguaçu, conforme levantamentos e cadastramento já efetuado.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Um amplo programa de eletrificação rural foi desenvolvido no Estado do Paraná num curto espaço de tempo, beneficiando milhares de famílias rurícolas com luz e energia elétrica, hoje uma necessidade irrevogável para a consolidação do desenvolvimento da agricultura. Todavia, ao lado dos projetos implantados, outros ainda carecem de definição quanto à sua execução. É esse o caso do Município de Foz do Iguaçu, onde existem vários levantamentos e projetos, com o devido cadastramento dos agricultores interessados. Solicito à Companhia Paranaense de Energia Elétrica que agilize a implantação desses projetos, pois a eletrificação rural, entre outras inúmeras vantagens e benefícios ao trabalhador rural, fixa o homem no campo, além de aperfeiçoar os sistemas técnico-agrícolas de base e aprimorar o manuseio de máquinas e equipamentos. Assim fundamento a minha solicitação, com base no exposto, e nos demais aspectos do desenvolvimento sócio-econômico, do conhecimento das autoridades ligadas ao setor. Alias, a imediata instalação da eletrificação rural de Foz do Iguaçu é necessária para a continuidade da escala desenvolvimentista do município, evitando abalos na estrutura agrícola e sócio-econômica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco e ao Presidente da C.N.B.B., D. Ivo Lorscheider, bem como ao Arcebispo D. Pedro Fedalto de Curitiba, no sentido de que seja incluída a cidade de Curitiba no roteiro oficial de sua Santidade o Papa João Paulo II.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Sendo o nosso Estado premiado com uma grande colônia polonesa, não se justifica que nossa Capital fique de fora da visita papal ao Brasil.

Para que isto não aconteça unimos nossa voz para reforçar os pedidos já formulados pela Arquidiocese de Curitiba e o Governo do Estado.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência aos órgãos acima descritos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco Central, apelando para aquele órgão, no sentido de que seja revogada a resolução que proíbe a reforma de empréstimos bancários realizados pelas Prefeituras Municipais e, que devem ser liquidados até o dia 15 de dezembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento de todos, que na atualidade

todos os municípios paranaenses e de outros estados brasileiros, passam por crises financeiras como nunca houve na História do Brasil, e, aliada ao fato de que os mesmos terão que dispendir de recursos financeiros com despesas extras de fim de ano, inclusive com pagamento do 13.º salário, torna-se justo que se gestione para a revogação daquele dispositivo, em benefício do povo do interior do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem, mui respeitosamente, REQUERER, seja enviado requerimento ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, vazado nos seguintes termos:

O Deputado Egon Pudell, tem a elevada honra de vir à presença de Vossa Senhoria, para encarecer a especial fineza de seus bons ofícios, no sentido de que seja instalado um Mono Canal na VILA DOIS MARCOS, no Município de TOLEDO.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem, mui respeitosamente, REQUERER, seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, vazado nos seguintes termos:

O Deputado Egon Pudell tem a elevada honra de vir à presença de Vossa Excelência para encarecer a especial fineza no sentido de que seja dada maior autonomia ao Município de Toledo, no tocante aos seus planos viários peculiares, com retenção de todas as multas de trânsito nele arrecadadas, cujo montante passaria a ser aplicado no seu sistema viário, atualizando-o através de melhoramentos nele introduzido.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento Interno, e depois de ouvido o Plenário, vem, mui respeitosamente, REQUERER, seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, vazado nos seguintes termos:

O Deputado Egon Pudell tem a elevada honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar a especial fineza de que esse órgão solicite à Assembléia Legislativa do Estado a criação dos Distritos Judiciários de SÃO JOSÉ, no Município de Santa Helena e SÃO PEDRO, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São José, foi criado através da Lei n.º 7.159, de 11/06/79 e o Distrito de São Pedro foi criado através da Lei n.º 7.211, de 17/10/79, estando assim, atendidas as condições para que as pretendidas criações e instalações de Distrito Judiciário, impliquem no conseqüente provimento de:

a) Secretaria de Foro Extrajudicial (Tabelião de Registro

e de Notas);

b) Justiça de Paz Temporária;

c) Sub-Delegacia de Polícia.

Com o presente requerimento, queremos agora, convalidar e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento dos distritos acima referidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos do Regimento Interno, requerem a prorrogação por 60 (sessenta) dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

A CPI necessita ouvir novos depoentes e apresentar o seu relatório. Por estas razões os signatários solicitam a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

aa) AIRTON CORDEIRO

RENATO BUENO

JOÃO ELÍSIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 178/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Declara de utilidade pública a CASA ASSISTENCIAL "MARIA DOLORES", com sede e foro na cidade de Cascavel - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, visamos declarar de utilidade pública a Casa Assistencial "MARIA DOLORES", que através de seu Estatuto justifica plenamente sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário, do Engenheiro Francisco Lopes de Paiva, Prefeito Municipal de Porto Velho, bem como do Dr. Sebastião Valadares, Secretário Municipal de Obras do referido município.

Com satisfação também anunciamos a presença em nosso Plenário, dos Senhores Marcelo Mileu e João Atílio, do Município de Piraí do Sul, bem como do Dr. Miró Guimarães, Dr. Cesar Fernando Piretti, Secretário de Administração Municipal, do Município de Ponta Grossa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os jornais de ontem estamparam noticiário com respeito à venda de carne congelada na cidade de Paranaguá.

O assunto, de certa forma polêmico, nos causou certa contrariedade.

Estamos com um manuscrito de um requerimento que em seguida, Senhor Presidente, datilografaremos e passaremos às mãos de Vossa Excelência, para que, se o Plenário acordar, deva ser enviado a quem de direito.

É o seguinte, o teor do requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Doutor Pedro Tocaundo, Delegado da SUNAB, com o objetivo de solicitar-lhe seja reexa-

minada sua posição e providências tomadas no episódio que envolveu o Supermercado Das Bandeiras, Lembrasul, com a venda de carne congelada na sua filial de Paranaguá, na tentativa de puni-lo e multá-lo.

Ocorre que, a carne congelada, segundo a SUNAB, é entregue aos Supermercados para a venda dentro de Curitiba e Região Metropolitana. Tendo o Supermercado Das Bandeiras, enviado certa quantidade de carne congelada, que era considerada excessiva ao consumo da Capital, a sua filial de Paranaguá, que seria entregue ao consumidor ao preço da Capital, isto é, menos de cem cruzeiros o quilo para a carne de primeira. Tudo isto evidentemente em benefício da população parnanguara que seria em última análise a maior beneficiada com aquela medida.

Estas considerações servem para evidenciar que a SUNAB, data vênha, estaria agindo intempestivamente, porque não houve crime contra a economia do povo, muito ao contrário, houve sim, um procedimento correto por parte do Supermercado das Bandeiras, que fez chegar ao consumidor do litoral, alimento básico como a carne, com mais de 20% de redução.

Quando o Governo Federal e os órgãos de abastecimento, querem fazer chegar aos consumidores alimentos básicos por preços acessíveis, não entendemos a celeuma causada pela SUNAB neste episódio.

Nossa admiração e respeito a pessoa do Doutor Pedro Tocaundo, temos certeza que será mantida, com a preservação da bolsa do povo, que sem dúvida alguma, é o que mais interessa a Sua Senhoria.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

a) NELSON BUFFARA"

Essas considerações, Senhor Presidente, o fazemos, porque acabamos de retornar de Paranaguá e o povo daquela cidade, gostaria de continuar a ter carne congelada, a preços acessíveis e como há uma tentativa, por parte da SUNAB, como dissemos, no teor desse requerimento, tentando cercear a venda daquele produto na filial de Paranaguá, nós gostaríamos que Vossa Excelência, Sr. Presidente, endereçasse esse requerimento, se o Plenário entendesse de aprová-lo, a fim de que Paranaguá não se visse cerceada, impedida de comprar carne a preços mais acessíveis.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "É com satisfação que faço desta tribuna um registro altamente lisonjeiro à economia paranaense e, principalmente, à economia do litoral do Paraná. A Prefeitura Municipal de Paranaguá, por ato de seu Prefeito José Vicente Elias, instituiu o Polo Industrial da Ponta do Poço naquele município, providência indispensável para a efetiva implantação naquele local, de empresas de montagem pesada que fabricarão instalações destinadas à exploração de petróleo submarino pela PETROBRÁS.

Em área de 546.000 metros quadrados está se instalando naquele polo, à beira mar e em local com profundidade adequada, o Consórcio constituído pelas firmas TENENGE — Técnica Nacional de Engenharia S/A., FEM — Fábrica de Estruturas Metálicas (subsidiária da British Steel Corporation) e a HMC — Heerema Marine Contractor, que irão fornecer à PETROBRÁS duas plataformas de exploração de petróleo submarino para os campos de Namorado II e Cherne.

Para termos um ponto de referência para a avaliação do que esta implantação representa basta informarmos que os empregos diretos que o Consórcio irá oferecer atingem a auspiciosa oferta de duas mil vagas, tornando-se assim, sem dúvida, no iniciador de uma nova era no litoral do Paraná que será a da construção e montagem de grandes estruturas metálicas.

A Prefeitura de Paranaguá já recebeu também proposta de intenção de outras grandes organizações, igualmente operando na área de construção de equipamentos pesados e metalurgia que reservaram áreas no Polo Industrial no propósito de breve instalação.

O Governo do Estado e o Governo Municipal estão prestando todo o apoio para a viabilização do Polo Industrial com a imediata implantação de serviços básicos. Assim é que a Secretaria de Transportes está executando a construção da ligação rodoviária da Ponta do Poço à estrada Praia de Leste/Pontal do Sul, a COPEL está concluindo a extensão de sua rede de distribuição com oferta de 500 KVA e a TELEPAR, através de sua subsidiária COTELPA já está concluindo estudos para a implantação de ramais telefônicos e de telex. A Prefeitura de Paranaguá já está elaborando o plano piloto do Polo Industrial para a implantação dos equipamentos urbanos que serão necessários bem como efetuando um levantamento e cadastramento dos recursos humanos disponíveis na região para facilitar o recrutamento de empregados e seu treinamento.

O Polo Industrial que dista cerca de cinco quilômetros do Balneário Pontal do Sul, não trará qualquer inconveniente à destinação turística daquela área, pois, não será permitida a implantação de indústrias poluídas e a locação das unidades industriais no interior da baía de Paranaguá, não conflitará com os propósitos turísticos da faixa atlântica e sim com a mesma se harmonizará trazendo inclusive os benefícios de infra-estrutura básica e de serviços que ainda são precários naquela região.

Finalizando, Senhor Presidente, requeiro o envio de um ofício de congratulações ao Excelentíssimo Senhor José Vicente Elias, Prefeito Municipal de Paranaguá, pela criação do Polo Industrial da Ponta do Poço e ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado dos Transportes e Senhores Presidente da COPEL e da TELEPAR pelo atendimento que vem sendo prestado visando a imediata implantação das importantes e representativas unidades industriais que lá estão se instalando."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Camargo, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. PAULO CAMARGO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Assumo hoje a tribuna para tratar de um assunto de palpitante interesse social e econômico para o Paraná.

A erva-mate nativa no centro, no sul, oeste e sudoeste do nosso Estado, oeste de Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul, sul do Mato Grosso, plantada no oeste argentino e nativa ainda no sul do Paraguai, região esta restrita exclusiva para sua exploração econômica. Já foi em outras épocas, juntamente com o pinheiro a base da economia paranaense e possibilitou durante muitos anos, um mercado de trabalho significativo e uma inquestionável fonte de riquezas para o povo de nossa terra.

Ainda em 1952, segundo dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, existiam no Brasil, mais de 23.000 pequenos proprietários rurais, sendo que cerca de 16.000 deles no Paraná, viviam e prosperavam quase que exclusivamente da extração da erva-mate.

Essa data, no entanto, Senhores Deputados, antecedeu um pouco ao declínio da economia ervateira. A Argentina, até então a nossa grande compradora, cerca de 80 mil toneladas-ano, formou enormes ervais em seu departamento de Missiones e em poucos anos transformou-se em nosso melhor cliente e sério competidor, penetrando-se inclusive em mercados tradicionalmente clientes da erva brasileira, como o Chile e o Uruguai.

Esse fato nos lembra outra desagradável ocorrência com fundo de repercussão na economia nacional que foi a substituição de nossa borracha no mercado mundial suplentado pela

produção do sudoeste asiático. Até a época do colapso da economia ervateira no Brasil, o Paraná contribuía com 80% das nossas exportações. E como decorrência da perda dos mercados externos e como o mercado interno na época restrito ao Rio Grande do Sul, que possuía produção própria, quase a totalidade dos engenhos paranaenses encerraram suas atividades.

Os preços se aviltaram pelo excesso de oferta e os produtores da matéria-prima em busca da sobrevivência foram abandonando a erva-mate, derrubando as árvores e em sua maioria passaram a usar a terra em outras atividades mais rentáveis: os cereais, o tabaco e as pastagens e até o reflorestamento com o pinus, substituíram os ervais nativos do Paraná, do oeste catarinense e mesmo do vizinho Paraguai.

Atualmente, no entanto a EMPAR administrando a produção brasileira e paraguaia, os ervais argentinos entraram em decadência e não chegam mais a atender o seu próprio consumo. A estimativa argentina para 1979, é de uma produção de 120 mil toneladas e para um consumo interno de 150 mil. O Paraguai nada tem para exportar. E o Brasil, apesar da queda brutal da sua produção voltou a ser o único exportador mundial do produto. Se há alguns anos os preços caíram por excesso de oferta, a escassez atual fez com que a cotação da erva se elevasse de seis cruzeiros o quilograma em janeiro, para 21 ou 22 em outubro, um aumento quase de 300% em apenas dez meses.

Srs. Deputados, é importante que aqui se diga: o preço mínimo estipulado pelo I.B.D.F. para o exercício de 1979 foi fixado em sete cruzeiros ao produtor, o que consideramos muito baixo. É evidente que com o valor atual voltou a ser bastante lucrativa a extração ervateira, porém, com um grande perigo, que já se pode antever. Se o preço do produto se elevar acima dos índices atuais, em torno de 21 ou 22 cruzeiros o quilo, conhecerá o risco de perder tanto o mercado interno como o externo para outras infusões congêneres que se tornariam mais competitivas como o chá, do qual por sinal a Argentina é um grande produtor, o café e o chocolate.

O mate precisa manter a posição de mais barato entre os similares, atendendo no consumo as classes de mais baixa renda.

O reavivamento do mercado ervateiro contudo, e paradoxalmente trouxe para a indústria de beneficiamento nacional grave problema. A exportação da erva cancheada faz com que se torne eminente a paralisação da indústria de transformação por falta de matéria-prima. Isto viria acarretar incalculável prejuízo não só econômico, como social pela dispensa de trabalhadores especializados e com reflexos, inclusive nas atividades subsidiárias tais como o fabrico de embalagens e o transporte.

Não bastasse isso a própria economia do País se veria prejudicada por alcançar produtos, o produto beneficiado num preço bem mais compensador no exterior.

A preocupação com tal fato já foi manifestada à Associação Brasileira das indústrias de erva-mate, como por sindicatos de trabalhadores da mesma indústria, que em oportunidades diversas e recentes dirigiram-se ao Ministro da Fazenda, ao Diretor da CACEX solicitando providências.

Ao analisarmos o mercado ervateiro, verificamos que o Brasil tem um consumo interno avaliado em números redondos, em 60 mil toneladas anuais, sendo que deste total 20 mil toneladas são beneficiadas pelos grandes engenhos e as restantes 40 mil por pequenas indústrias denominadas soques. No que respeita ao mercado externo, exportamos no ano de 78, para o Uruguai, nosso principal comprador 7.133 toneladas de erva cancheada e 8.498 de erva beneficiada. Para o Chile que figura em segundo lugar na lista dos nossos clientes, que só compra erva beneficiada, exportamos 4.403 toneladas. As exportações de 1979 até agosto alcançaram 20.512 toneladas, sendo que o Uruguai adquiriu 7.729 de erva cancheada e 6.754 de beneficiada. A Argentina nos comprou 1.798 de cancheada e o

Chile 4.437 de beneficiada.

Ao projetar os dados acima verificamos que as exportações brasileiras de erva cancheada, seguindo a média mensal observada até agosto, atingirá em 1979 mais de 13 mil e 500 toneladas, contra uma média de sete nos anos anteriores.

Esta exportação de matéria prima não transformada, vem favorecendo a indústria de beneficiamento estrangeira, em detrimento da nacional.

É imperativo, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se suspenda imediatamente a exportação da erva-mate cancheada, não impedindo que, futuramente, havendo estoque que garanta demanda do nosso parque industrial, se possa exportar a erva cancheada para o Uruguai, para assegurar a continuidade das indústrias de transformação já existentes naquele País, amigo e nosso tradicional cliente.

Por outro lado, imperioso se torna que incentivemos a produção primária, não só garantindo um preço mínimo condizente ao produtor, como estimulando o reflorestamento com a erva-mate nas pequenas propriedades rurais e incentivo fiscal em áreas a partir de 50 hectares; ao contrário da área mínima exigida atualmente que é de 200 hectares. Esta última providência é conveniente que se recorde que a exploração ervateira é tradicionalmente uma atividade exercida em pequenas propriedades agrícolas, que poderia se aproveitar áreas não mecanizáveis para a cultura da erva.

A Secretaria da Agricultura, por intermédio da EMATER, montou um esplêndido projeto objetivando o incremento da produtividade e da conservação de nossos ervais, com incentivos ao plantio e a substituição das áreas decadentes, utilizando-se, para tal, de mudas fornecidas pela própria Secretaria.

É prevista também uma linha de crédito rural para o plantio e custeio da produção primária e uma ampla campanha visando incrementar o consumo do mate no País e no exterior.

Este trabalho da EMATER que já foi citado nesta Casa, não há muitos dias, em importante pronunciamento do Deputado Túlio Zanchet, reivindicou com muita propriedade a extensão do projeto, para que atingisse também o Oeste e o Sudoeste do Estado.

Para uma iniciativa de tal ordem, é necessário todo o nosso apoio para que se torne uma realidade, entendo, a execução plena no menor prazo possível".

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Deputado Paulo Camargo, quero pedir vênha, ilustre Deputado, por interromper tão brilhante pronunciamento, ainda mais que Vossa Excelência traz à tribuna um assunto que também nos toca e que temos, e é do conhecimento de Vossa Excelência, já abordado da mesma tribuna por mais de uma vez. E que também o fez o Deputado João Mansur, o Deputado Túlio Zanchet, mencionado por Vossa Excelência, e hoje o ilustre Deputado Paulo Camargo, por quem temos grande admiração, grande respeito, grande conceito, Vossa Excelência que já foi, no meu primeiro mandato, Presidente deste Poder, e que o conduziu de u'a maneira tão brilhante, tão eficiente, que até nos causa e traz saudades, do tempo que Vossa Excelência era o Presidente. E que hoje temos também a satisfação, porque não dizer, de se encontrar na Presidência, no comando, na chefia dos trabalhos desta Casa, o não menos brilhante e eficiente Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Mas, Deputado Paulo Camargo, quero dizer a Vossa Excelência que me sinto realizado, porque quando um humilde, um modesto Deputado como este aborda um problema, e que depois o traz à tribuna, parlamentares como João Mansur, como Túlio Zanchet, e agora como Vossa Excelência, abordando o mesmo problema, quer de u'a maneira, quer de outra, mas que afinal, é o mesmo assunto, o mesmo problema da erva-mate.

Este Deputado só pode ficar envaidecido, só pode ficar

satisfeito e alegre quando vê Vossa Excelência com este assunto na tribuna. Ainda mais que Vossa Excelência traz estatísticas, dados concretos que este Deputado não teve a habilidade, talvez, não teve o conhecimento, e nem a pesquisa necessária para trazer ao conhecimento dos paranaenses, dados tão concretos, como Vossa Excelência traz, que eu até anotei alguns, mas que não será necessário, novamente, trazer ao conhecimento, porque Vossa Excelência enfocou tão bem no seu pronunciamento.

E eu, Deputado Paulo Camargo, hoje, com a sua reafirmação que a EMATER tem um programa já montado para incentivo do plantio da erva-mate e também para o custeio da mesma, entendo, Deputado, sem querer me envolver em outros assuntos, em beneficiadores de erva-mate, na própria Associação Brasileira da Erva-Mate, longe disso, Deputado, não temos a mínima intenção de querer ferir ou melindrar qualquer empresa de erva-mate brasileira.

A nossa polêmica, Deputado, é tão somente neste sentido, para que algum órgão - e no caso já temos aqui a EMATER, dando o necessário prestígio para o plantio da erva-mate, que é do conhecimento de Vossa Excelência, está, dia a dia, diminuindo, está se esvaziando no interior paranaense.

Os ervateiros estão procurando dar sumiço aos últimos pés de erva, para, naquele local, plantar produtos de cereais. E acho que, com esse seu trabalho, com o modesto trabalho nosso, haverá de despertar o interesse dos órgãos e dos governos, para o problema da erva-mate.

O que representa a erva-mate, Vossa excelência disse tão bem, nobre Deputado, não precisa também nós repetirmos, representa muito para a economia, não só do Paraná, mas para a economia brasileira.

Vossa Excelência discorreu com bastante felicidade e com bastante lucidez o problema. E quero aqui, Deputado, ao finalizar este meu aparte, congratular-me com Vossa Excelência, e dizer que estamos ao seu lado e apoiamos qualquer movimento que Vossa Excelência traga, mas que todo ele, como nós entendemos, é com a finalidade precípua de nosso produtor, do homem que planta, que colhe e que vende aquele produto para seu sustento e da sua família.

Muito obrigado.

O SR. PAULO CAMARGO — Deputado, agradeço demais o seu aparte. E devo confessar que foi o seu pronunciamento, o primeiro feito nesta Casa sobre a erva-mate, durante esta legislatura, que me chamou a atenção para estudar o problema; e, como disse, a erva, que foi a base, uma das bases do progresso do Paraná, em priscas eras, caiu quase que no ostracismo. O Brasil, e, portanto o Paraná, seu grande produtor, está tendo a oportunidade para voltar como único exportador de erva-mate do mundo, a voltar novamente a carrear para o Brasil, e principalmente para o nosso Estado, uma quantidade muito grande de riquezas.

"A erva teve um aumento muito grande, como disse no seu preço, e subiu quase trezentos por cento este ano, entre janeiro e outubro, e dando oportunidade então, para que o produtor se interesse novamente pela erva-mate. Porque, de fato, por um preço ínfimo, como estava sendo pedido, a seis cruzeiros o quilo, não havia atrativo nenhum para o agricultor de se preocupar com a erva. Mas, a erva a 21, a 22 cruzeiros o quilo na boca do barbaquá, ele passa a ser um produto altamente rentável.

Porque a erva não incomoda, não exige grandes riscos, grandes cuidados, a não ser agredir em demasia a árvore.

Tem um outro aspecto que nos preocupa muito, porque já que existe o mercado, a gente tem medo que a produção mundial, tendo caído tanto, e estes mercados sendo supridos ou não pelos vendedores, que no caso agora é só no Brasil, eles podem derivar para outras bebidas, e isso seria difícil de se recuperar. Isto eu já disse.

Mas, o que nos preocupa ainda mais é que, tendo subido o preço da erva, de 6 para 24 cruzeiros, que todo o erva tenha sido colhido este ano, e que falte para o ano que vem, erva bastante para suprir as exigências do mercado interno e externo.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado, eu perguntaria: a exportação, essa erva nossa está sendo exportada. E este preço que nós consideramos bom, ótimo até, ao produtor, ele é em consequência por que estamos exportando a erva?

O SR. PAULO CAMARGO — É em consequência da escassez mundial da erva. Não tem erva no Brasil, no Uruguai, no Chile e no Paraguai. É questão de oferta e procura. Mas isso elevou e não podemos deixar que esse preço caia novamente. Mas, também, não podemos deixar que se exagere no preço, porque, se ele ultrapassar aos níveis atuais, nós vamos acabar perdendo esta característica de infusão, de consumo, das classes mais pobres, porque então, nós vamos nos equivocar ao café, ao chocolate e ao chá, e vamos, fatalmente, perder o mercado para essas outras infusões. Nesse caso então, teremos que tomar o cuidado de manter esse preço, mas, não deixar que ele extrapole os preços atuais, e que percamos o mercado não só interno, mas externo.

O Sr. Jurandir Messias — E não devemos nos preocupar somente com o café, como se observa, na preocupação dos governos, dos órgãos, dos próprios Parlamentares, com referência ao café, esquecendo-se todos da erva-mate. Então acho que é de grande importância essa sua tese, porque alguém, Vossa Excelência o demonstra, alguém está se lembrando que temos um produto de suma importância, que pode ser até um produto de divisas, que é a erva-mate.

O SR. PAULO CAMARGO — O Brasil vai carrear para os cofres do Tesouro Nacional, para o Brasil, em divisas, aproximadamente 22 milhões de dólares, este ano. Quer dizer, já não é uma exportação irrisória, é uma exportação importante. Mas nós devemos e precisamos estimular os novos plantios e o aumento à nossa produção, para evitar que caia o hábito nas outras populações, ou, nas populações consumidoras brasileiras ou estrangeiras. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Presidente do IBDF ao Sr. Diretor da CACEX, e ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, veemente apelo no sentido de que:

1) Sejam tomadas providências imediatas para suspensão temporária da exportação da erva-mate cancheada.

2) Para os futuros exercícios seja extabelecida para exportação da matéria prima, uma quota para cada país importador, que não deverá exceder a média da quantidade de erva-mate cancheada importada por cada um, nos últimos cinco (05) anos, evidentemente condicionando a existência de excedente exportável.

3) Sejam tomadas providências para que se torne operacional, no menor espaço de tempo possível, o plano elaborado pela EMATER, objetivando a ampliação dos ervaais brasileiros.

4) Seja fixado pelo IBDF, preço mínimo justo ao produtor, que possa estimular o aumento da produção.

5) Seja liberado o reflorestamento da erva-mate gozando os incentivos da lei, em áreas iguais ou superiores a 50 ha.

6) Seja encaminhada a cada uma das autoridades acima citadas, transcrição que encaminha o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1979.

(a) PAULO CAMARGO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário

reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputado

Há pouco tempo, ouvimos o Deputado Nelson Buffara protestando, com muita justiça, contra um ato da SUNAB, Regional do Paraná, em relação a um episódio ocorrido no Município de Paranaguá, "sui generis" a meu ver, porque a SUNAB, pela sua ação, pretende impedir que uma rede de supermercados venda carne congelada em Paranaguá, mais barata do que o preço de varejo. Uma rede que vende carne congelada a cinquenta cruzeiros a menos do que a carne fresca e que hoje, se vê impedida de comercializar este produto para atender a população de Paranaguá. "Sui generis", sem dúvida alguma, a decisão da SUNAB, porque é um órgão que tem por finalidade principal proteger o consumidor. No entanto, o que está fazendo concretamente neste caso, é prejudicar o consumidor.

Os jornais dessa segunda-feira, trouxeram a público este fato, que se não fosse entristecedor, poderia ser tido facilmente como cômico ou por um exercício do teatro do absurdo, uma rede de supermercados que opera na Capital e no interior do Estado, foi denunciada pela SUNAB, por estar vendendo carne mais barata em Paranaguá.

A casa de comércio em questão estava vendendo tão precioso e escasso comestível a preços acima da tabela? Pergunto eu. Não. A carne estava sendo vendida a preços consideravelmente inferiores ao de empresas concorrentes do mesmo ramo.

A empresa autuada, pergunto eu, estaria desviando a mercadoria com o objetivo de forçar a alta de preços no mercado de Curitiba? Não. Em Curitiba a demanda está sendo plenamente atendida, por todos os estabelecimentos que detêm cotas de distribuição, fixadas pela COBAL.

Houve infração, perguntamos novamente, por parte da empresa? Houve descumprimento de alguma norma da SUNAB? Não. A própria autoridade autuante, a SUNAB, pela voz do seu Superintendente reconhece que não há infração específica e vai mais além. O assunto está na alçada da COBAL. Não está afeto à SUNAB. O absurdo de tudo isso é manifesto. Uma medida que vem nitidamente em benefício do consumidor, é objeto de censura por um órgão que supostamente visa defender o consumidor. Essa mesma medida que nem tem caráter de infração a normas da SUNAB, que não se encontra sob a fiscalização da SUNAB, é por esta, alvo de campanha e movimentação na imprensa, revelando uma discriminação evidente, contra a população de Paranaguá, que foi atendida pelo suprimento de carne congelada.

Melhor seria que a SUNAB e a COBAL, tão severas na exigência do cumprimento de textos literais de suas normas, se ocupassem das necessidades efetivas do consumidor, antes de punir ou de lançar ao opróbrio quem atende a um reclamo social, deveria verificar se as necessidades da população estão sendo satisfeitas.

O que se extrai de tudo isso, é que na ânsia da burocracia em firmar sua autoridade, o consumidor é sacrificado.

Pergunta-se aqui: o fornecimento e a distribuição de carne estão sendo prestados em correspondência com as exigências do consumidor? Os açougues que atendem as periferias urbanas, de maneira modelar e tradicional, até agora mereceram as atenções da SUNAB e a COBAL para fornecimento de carne congelada? E por que não? Este é o nosso protesto e as questões cujas respostas com o consumidor, continuamos a esperar.

Vale também lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que recentemente o sindicato dos açougueiros de Curitiba, encaminhou expediente à Superintendência Regional da SUNAB e à COBAL, propondo a venda do produto aqui em Curitiba, por quê? Para atender mais intensamente, a população periférica de nossa Capital e qual foi a resposta? A resposta foi não.

Não é possível comercializar a carne congelada nos pequenos açougues, exatamente aqueles estabelecimentos comerciais que estão mais próximos da população carente, da população dos bairros da nossa Capital. E agora, quando uma rede de supermercados, coloca o seu produto em Paranaguá, a SUNAB, ao que parece, tenta impedir que o consumidor de Paranaguá pague Cr\$ 50,00 a menos, por um quilo de carne vendida, exigindo que em Paranaguá só seja vendida a carne fresca, o que me parece um absurdo.

Concedo o aparte ao Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Airton Cordeiro, serei breve. Deputado, Vossa Excelência traz um assunto tão importante, tão palpitante à tribuna que é pena que nos falte tempo. Deputado, realmente é um caso "sui generis", a SUNAB quer impedir que um paranaense lá de Paranaguá compre carne mais barata que nós aqui de Curitiba.

Eu só quero, para colaborar em parte com o vosso pronunciamento, lhe dizer que o filé mignon que é a carne do rico, mas do muito rico, porque o médio já não tem condições de comprar um quilo de filé mignon, está sendo vendido, Deputado Airton Cordeiro, no câmbio negro, na frente dos fiscais da SUNAB, a Cr\$ 300,00 o quilo em todos os açougues de Curitiba.

Se Vossa Excelência for a um açougue e pedir um quilo de filé mignon, só se pagar Cr\$ 300,00, mas se pagar o preço estipulado pela SUNAB, Vossa Excelência vai ficar sem o produto, não vai comer o seu filé mignon.

Então eu não sei, Deputado Airton Cordeiro, qual a finalidade da SUNAB e porque existe a SUNAB. Não entendemos até agora esta fiscalização da SUNAB.

Ora, Deputado Airton Cordeiro. Se o supermercado se propõe a entregar a carne mesmo congelada ao alcance do consumidor a um preço acessível, até do pobre, até daquele menos favorecido para que um dia tenha condição de comer a sua carne, vem a SUNAB querer multar e impedir a esse supermercado, Deputado, ora, por favor, aonde é que está a regra do jogo? Aonde é que está a finalidade da SUNAB? Não existe. Vossa Excelência, Deputado Airton Cordeiro, deverá voltar a essa tribuna num Grande Expediente, votar quantas vezes se fizer necessário para abordar esse assunto, não só Vossa Excelência, mas mais Deputados para que a SUNAB se interesse, para que a SUNAB se intere do problema e vá fiscalizar aqueles que realmente estão contra o bolso da população, aqueles que estão roubando, praticamente da população, e que a SUNAB tem conhecimento e fica lá na moita sem tomar providências dos assaltos que estão sendo praticados em todos os artigos que são por ela fiscalizados, não só a carne, Deputado Airton Cordeiro, mas em todos os produtos que são fiscalizados pela SUNAB. Nada faz a SUNAB para dar a fiscalização necessária aos vendedores e principalmente àqueles que consomem.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O agradecimento é meu, Deputado Jurandir Messias.

Veja Vossa Excelência, vejam Senhores Deputados, que terrível incoerência. Há poucos dias aqui em Curitiba, foi firmado um convênio entre o Governo do Estado e o Governo Federal, através do qual Curitiba integrou-se no programa da COBAL, para a venda de produtos de primeira necessidade a preços inferiores, produtos componentes do batizado "Cestão da Economia". E no entanto, poucos dias depois um órgão do Governo Federal adota uma postura que marcadamente caracteriza uma profunda incongruência.

Sr. Presidente, quero ao finalizar este pronunciamento, apelar à COBAL e à SUNAB, ao Governo Federal e solicitar a interferência do Governo do Estado do Paraná, para que os pequenos açougues de Curitiba e da região metropolitana possam também comercializar a carne congelada, oferecendo a

toda a população carne a Cr\$ 50,00 a menos o quilo, do que a carne fresca atualmente comercializada.

Este me parece ser também, Sr. Presidente, um dos objetivos dos estoques reguladores que o Governo Federal faz para suprir as necessidades da nossa população.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à Liderança do M.D.B., concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Na semana passada ocupou a tribuna o Deputado Cyro Martins, que há pouco estava neste plenário, e deve estar em seu gabinete. E é endereçado totalmente a ele este meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ainda por muito tempo, temos certeza, aqueles que não se conformam com o avanço da luta popular, aqueles que vêm na democracia a perda de benefícios que conquistaram com o arbítrio, continuarão a injuriar os democratas, o povo e o progresso. São filhos do atraso e do autoritarismo com quem ainda teremos de conviver. Pessoas que se habituaram à comodidade da censura e da repressão para evitar críticas e que hoje não admitem que se levantem as evidências dos prejuízos que causaram neste período negro da história do País quando o manto do obscurantismo alçado pela violência permitiu toda sorte de desmandos.

Vivemos outros tempos. A reação popular vem obrigando o regime a remendar sua face para tentar sobreviver. Criou-se um espaço político liberado pela luta da maioria da população. A repressão teve de recolher as unhas e à luz de um novo período democrático que se avizinha vão surgindo os crimes, a corrupção, a violência, a incapacidade de quem administrou o País sob a ditadura e se beneficiou da força para impor seus interesses.

Ontem, neste plenário, ouvimos mais uma vez a voz do passado. Sou nesta Casa o eco da incompetência que, agora, sem o respaldo do arbítrio, vai buscar na maledicência mais vil, na adjetivação mais canhestra, a forma de se defender e ao mesmo tempo de acusar aqueles que emergiram do apoio popular contra o regime de opressão.

E, no mínimo, patético ouvir o discurso das trevas neste momento em que se anunciam luzes. Enfileirar acusações pessoais, de nível não compatível com a dignidade desta Casa é o último apelo de quem já não tem esperanças. Continuaremos a conviver com o velho, com a senilidade, com o passado que procura se justificar e esconder seus próprios fantasmas. Continuaremos a ver espetáculos degradantes de quem não convive com seu tempo. É a imagem do passado. Da fera que perdeu as garras mas insiste em rosnar calúnias. No vocabulário pobre da injúria vai buscar sua argumentação. E como os velhos que não querem que o tempo passe, culpam a juventude por estarem no final de sua existência.

Ouvimos estas palavras ontem: moço, moleque, fantoche, mentiroso, caluniador. Compreendemos porque foram proferidas. Substituem os argumentos, as provas que não existem. Quando não se consegue defender a honra com dignidade, o único caminho que resta é tentar manchar a honra de quem apresenta a verdade.

Tenho certeza, Senhores Deputados, de que se a voz do obscurantismo tivesse ontem provas suficientes para rebater as críticas que lhe foram feitas, teríamos nesta Casa um dia de debates plenos da dignidade que este Poder reclama. Poderíamos avançar em busca da verdade, elevar o nível dos trabalhos. Tenho certeza de que um dia chegaremos a essa situação. O povo vem retirando o apoio a todos aqueles que estiveram comprometidos com o regime nestes quinze anos de arbítrio. Os resultados eleitorais, por mais casuísmo que se inventem, provam que muito breve a voz do passado não estará nesta Casa. Sou moço, venho aprendendo muito com os mais

antigos que fizeram de sua vida uma experiência de luta em prol do progresso, da democracia, da justiça social. Com eles aprendi a repudiar o ataque vil, o passado que procura se conservar pela força, a incompetência que se respalda unicamente na violência.

Venho aprendendo muito, Senhores Deputados. Principalmente a evitar os caminhos que levam ao esclerosamento precoce, aos arroubos tardios. Procuro me situar ao lado dos que avançam no sentido de um mundo novo, onde a inteligência deverá se sobrepor à mediocridade do desaforo. Onde a crítica será vista como um necessário exercício da liberdade social e não como uma ameaça que deve ser respondida com vilanias. O exemplo negativo também ensina. Nós, moços, devemos levar em conta a experiência que conduz cedo à senilidade e se cristaliza nas atitudes e comportamentos mais grotescos. Quando repudiamos a indignidade somos impertinentes aos indignos. E a eles só resta imprecar: moleque, moço, caluniador. A velhice que não consegue admitir seu passado é a situação mais triste que se pode conhecer. Só lhe resta brandir aleivosias contra tudo aquilo que à sua frente comprova que foi ultrapassado.

Hoje não se trata de discutir aqui o assunto principal, aquele que é mais importante para esta Casa: rever e criticar, avaliar a ação dos governos. Como todos sabem, ainda perdura o governo imposto pela força, não eleito pelo povo. Tem origem na violência e no arbítrio. E há governos municipais eleitos pelo povo, escolhidos em eleições e que desfrutam, portanto, do aval popular. Muitos gostariam que o regime continuasse impondo direta ou indiretamente, governos municipais impopulares. Seria a condição de sua sobrevivência à frente da administração pública. Pouco a pouco o povo vem conquistando o direito de eleger seus governantes e, tenho otimismo, muito breve poderá elegê-los em todos os níveis. Àqueles que foram derrotados nas urnas só resta chorar o passado e maldizer o futuro. Não conseguem reconhecer o novo porque ele é a sua negação. Abrigam-se na calúnia para recuperar o respeito e o amor próprio perdido na contestação firme do povo que os rejeitaram e os colocaram já no devido lugar que se reserva, nas sociedades democráticas e onde impera a justiça social, aos que são julgados em sua ineficiência, em sua incapacidade de administrar em favor da maioria.

Poderíamos ter utilizado este tempo para continuar a debater os acertos e os erros da administração de Ponta Grossa. Seria útil a todos nós e, principalmente, ao povo. Mas aceitei o desafio que procurou modificar o eixo de nossas discussões levando-as para o terreno dos disparates, da injúria fácil e da auto-defesa ressentida. Acreditei que esta seria uma boa oportunidade para evidenciar que ainda estão presentes os fantasmas que já não dispõem do arbítrio e por isso não assustam. Com suas demonstrações grotescas apenas ferem a dignidade desta Assembléia Legislativa.

Ali onde um privilégio destes fantasmas for ferido, teremos este tipo de resposta. Quer seja em defesa da irregularidade que beneficia o irmão com polpudos salários, quer seja em defesa geral do regime que permitiu benefícios tão mesquinhos, num País onde a maioria da população apenas sobrevive. E o Deputado caluniador, não tem nada a ver com as prestações que não existiram, das contas de exportações em Ponta Grossa; da Merenda Escolar, usada para cabalar votos, para si próprio.

O Deputado caluniador não foi ao Sr. Governador do Estado, pedir emprego para familiares; o Deputado caluniador não tirou o paletó neste plenário para agredir um outro Deputado da sua bancada, por ter tirado de um colégio, em Cianorte, sua irmã que era Diretora. E este Deputado caluniador, é pago para fazer pronunciamentos; pago pelo povo do Paraná; pago por um povo que lhe deu a maior votação em Curitiba. Votação maior do que este fantasma do passado, que tenta denegrir a imagem do caluniador. E nem foi também este Deputado, funcionário fantasma em tempo algum da Secretaria da Indústria e Comércio.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **O SR. NESTOR BAPTISTA** — O nobre Líder que me merece todo o respeito, tem o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e não tenho, evidentemente, procuração para fazer a defesa do nobre Deputado Cyro Martins. Todavia, face à sua ausência neste plenário, eu solicitaria ao nobre orador, ao nobre colega que se encontra na tribuna, para que aguardasse outra oportunidade, no sentido de trazer a esta Casa, assuntos de ordem meramente pessoais, como Vossa Excelência está fazendo na tarde de hoje.

Eu não conheço a administração Cyro Martins em Ponta Grossa, mas conheço a sua atuação nesta Casa e, salvo o episódio a que Vossa Excelência se referiu a pouco, envolvendo Vossa Excelência — o que é lamentável, no meu entendimento, a atuação do nobre Deputado Cyro Martins tem sido das mais brilhantes. E com as vistas sempre voltadas ao interesse da comunidade paranaense.

Portanto, o apelo que eu faço ao nobre colega, embora dando razão a Vossa Excelência, porque Vossa Excelência foi o primeiro a ser atacado, também em caráter pessoal, o apelo que eu faço a Vossa Excelência é que aguarde para um outra oportunidade, o pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo na tarde de hoje, face à ausência do nobre Deputado Cyro Martins.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu é que agradeço seu aparte, nobre Líder, Deputado Erondy Silvério, apenas dizendo que já há quase uma semana, estou aguardando neste Plenário, a presença do Deputado Cyro Martins.

E me parece que lugar de Deputado é aqui na Casa. Hoje pelo menos, na abertura da sessão, aqui ele se encontrava; e talvez ainda esteja no seu gabinete.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Eu vejo em Vossa Excelência um homem de justiça, um moço que está lutando em defesa de um ideal. Agora, só pediria a Vossa Excelência, como pediu o nosso Líder, quando Vossa Excelência fala em homens esclerosados, quando Vossa Excelência não lembra de Churchill, quando Vossa Excelência não lembra dos grandes estadistas que têm uma faixa etária, mais idosa do que o Deputado Cyro Martins, de que a nossa, e de que todos os Deputados que fazem e fizeram deste Paraná, uma bandeira de luta.

O problema do homem passar por sua faixa etária e vir até a nossa, não pode ser chamado de esclerosado. Talvez, o ponto de Vossa Excelência, talvez nesta juventude que Vossa Excelência hoje tem o prazer de estar fazendo parte desta faixa etária, como disse eu; na sua velhice, Vossa Excelência não há de gostar de escutar isso de um moço: que os homens, dentro de uma faixa etária são esclerosados. Porque, veja Vossa Excelência, respeitando a juventude que hoje faz parte da maioria dos homens deste País; respeitando a juventude, como quer que se respeite o Deputado Cyro Martins, e como quero que se respeite Vossa Excelência. As faixas etárias são conseqüências da vida, e não venha Vossa Excelência se arrepender, quando também estiver na faixa etária do Deputado Cyro Martins, e não ser julgado como um homem esclerosado, porque os nossos atos independem de nossa situação biológica e fisiológica.

Pediria a Vossa Excelência que não ofenda os homens de mais idade, de cabelos encanecidos que também, como Vossa Excelência, foram jovens e lutaram por sua terra e por sua gente.

É isto que quero dizer a Vossa Excelência para que não venha a ferir a sensibilidade de um amigo seu e, talvez de seu pai. Ele também faz parte da faixa etária da que nós fazemos parte, e para que Vossa Excelência não seja julgado pela posteridade, e para que Vossa Excelência veja que os maiores estadistas

fazem parte da idade de Cyro Martins e da nossa idade para frente.

Se nada temos a apresentar, Deputado, querido, que está na tribuna, temos a nossa experiência, e temos a sensibilidade de dar aos jovens, pelo menos, a nossa experiência e a nossa honestidade.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Volto a reafirmar, Sr. Presidente, ainda vamos conviver, por algum tempo, com o atraso, com o que se esclerizou. Mas uma coisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos permitir que os fantasmas rebaixem a dignidade desta Casa, que a falta de argumentos mais sólidos de defesa, invistam na injúria fácil, boquirola. Porque isto não está denegando apenas o acusador, mas também este Poder Legislativo.

Quando um Deputado ataca outro à base de adjetivos como "moleque", medíocre etc." não atinge um moço que se põe acima da impertinência senil; atinge porém, a dignidade deste Poder.

Proponho que os fantasmas continuem a falar, como lhes é dado o direito, na democracia que almejamos. Mas que o próprio processo democrático que procuramos reviver, a duras penas, deste plenário, os ensine a repetir os princípios que devem reger o comportamento democrático a que não estão habilitados.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Nobre Deputado Gabriel Manoel, não se discute, no momento, a idade física, nem a faixa etária. Disse, há pouco, se Vossa Excelência estivesse acompanhando o meu pronunciamento, que estou nesta Casa aprendendo com aqueles que aqui já estão há mais tempo. Tenho profunda admiração pelo nobre Deputado, pelo Deputado Erondy Silvério, com quem muito tenho aprendido, pelo Deputado Renato Bueno, pelo Deputado Aírton Cordeiro, pelo Deputado Zanlorenzi, pelo Deputado Lineu, pelo Deputado Domício Scaramella...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — ... apenas para concluir a resposta ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Erondy Silvério — Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que não me incluisse no rol dessas pessoas que Vossa está citando. Eu sou jovem, pelo menos de espírito!

O SR. NESTOR BAPTISTA — Portanto, nobre Deputado Gabriel Manoel, não se trata de uma avaliação da faixa etária. Se Deus quiser, um dia chegarei lá também. Mas, se trata da faixa mental que atravessa o nobre Deputado Cyro Martins.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/79, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, MM Juiz do Tribunal de Alçada. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 111/79), que aprova termo de convênio cele-

brado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 119/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 115/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 120/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 123/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tunesiras do Oeste, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 125/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Mourão, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 141/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/79, de autoria do Deputado JOSÉ DEL CIEL, que fixa novos limites para Distritos Administrativos do Município de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 83/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Os distritos administrativos do Município de Londrina, abaixo nomeados, passam a ter as seguintes delimitações:

a) DISTRITO DE LERROVILLE

Começa na foz do Rio Apucarantina com o Tibagi, sobe pelo Rio Apucarantina até a foz do Ribeirão dos Moraes; sobe por este acima até sua cabeceira, de onde, em linha reta, alcança a cabeceira do Ribeirão Gabriel da Cunha, desce por este até sua foz no Rio Taquara, desce até a estrada que liga Paiquerê-Lerrovill, daí segue no sentido sul até o cruzamento denominado Laje de Pedra, que liga com a estrada de Guairacá, daí alcança em linha reta a cabeceira do Córrego Brasileiro, desce até o Ribeirão Barra Funda, daí segue água abaixo até sua foz no Rio Tibagi, e finalmente, segue água acima até a foz do rio Apucarantina;

b) DISTRITO DE PAIQUERÊ

Começa na foz do Ribeirão Barra Funda no Tibagi, sobe pelo Ribeirão Barra Funda até o Córrego Brasileiro, daí em linha reta até ao cruzamento denominado Laje de Pedra que liga a estrada de Guairacá, daí segue pela estrada que liga Lerrovill - Paiquerê, de onde em linha reta, no rumo de SE 40,00° NW com 2.100 m até a estrada que liga Paiquerê - Irerê, daí por outra linha reta no rumo de SW 50,00° NE com 2.500 metros até alcançar uma cabeceira do Ribeirão das Marrecas, daí desce por este até alcançar por uma linha reta no rumo de NW 54,930° SE com 5.000 metros até a ponte do Rio Taquara, daí desce até ao Rio Tibagi e finalmente segue água acima até a foz do Ribeirão Barra Funda,

c) DISTRITO DE LONDRINA

Começa na divisa com o Município de Cambé, na cabeceira do Ribeirão Jacutinga, desce por este até a divisa do Município de Iporã, desce pelo referido ribeirão até a foz do Arroio Corupá; daí, em linha reta até a foz de um afluente na margem esquerda do Córrego Primavera, em linha reta ao entroncamento das estradas Londrina-Iporã-Heimtal, de onde, em linha reta, alcança o KM 202 da linha férrea São Paulo - Paraná; daí, por outra reta, à foz do Arroio - Diamante no Ribeirão Limoeiro, e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi, de onde segue água acima até o Ribeirão dos Apertados; daí, segue água acima até a divisa do Município de Arapongas; daí, segue pela estrada de Três Barras e Rolândia, denominada Bule, segue por esta no sentido Norte até alcançar o Ribeirão Três Bonas, desce por este até defrontar a estrada denominada do Cafezal, segue por esta no sentido NE, confrontando com o Município de Cambé, até o cruzamento do Ribeirão Cambé, daí, sobe por este até sua cabeceira, e finalmente, por uma linha reta até alcançar a cabeceira do Ribeirão Jacutinga;

d) DISTRITO DE WARTA

Começa na foz do Córrego da Saúde no Ribeirão Jacutinga, sobe pelo Córrego da Saúde até alcançar a estrada de Londrina a Bela Vista do Paraíso, por esta vai até cruzar a divisa entre as Fazendas Floresta e as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, daí acompanha esta divisa no sentido Leste, até alcançar a divisa das Colônias Indianópolis ou Corredor e Sertanópolis, daí segue no sentido Sul até alcançar o espigão de águas entre os Ribeirões das Abóboras e Jacutinga, acompanha estas divisas até a reta NS e vai por esta no sentido Sul até o Ribeirão Jacutinga e finalmente sobe por este até a foz do Córrego da Saúde.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1979.

(a) DEL CIEL

JUSTIFICATIVA:

A Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através de ofício, solicitou à Prefeitura Municipal de Londrina a revisão da delimitação dos Distritos daquele município, de vez que ocorrem divergências em suas demarcações.

Atendendo tal pedido, a Prefeitura Municipal oficiou à Câmara para que, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, concedesse a indispensável autorização para que o Executivo Municipal representasse junto a esta Casa de Leis, solicitando a

retificação necessária.

Pelos motivos acima expostos, justifica-se plenamente o presente plano de lei que ora submetemos à aprovação de nossos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 83/79

De autoria do Senhor Deputado Del Ciel, o presente projeto de lei tem por finalidade dar novos limites a Distritos Administrativos que especifica no Município de Londrina.

Analisando o processo bem como a documentação que o acompanha, deparemos que tal proposição tem por objetivo atender solicitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à Prefeitura Municipal de Londrina a fim de promover a revisão da delimitação dos distritos aqui nominados.

Oficiada a Câmara Municipal pelo Executivo Municipal de Londrina, esta houve por bem aprovar o Decreto Legislativo n.º 01/79 de 06/04/79, autorizando a representação pelo Senhor Prefeito Municipal a este Poder Legislativo no sentido da fixação dos limites que através do presente projeto de lei é proposto.

Assim sendo, temos que estão cumpridas as formalidades legais para que esta Casa possa aprovar a matéria, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1979.

aa) GILBERTO CARVALHO - Presidente

AIRTON CORDEIRO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 147/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo permutar com o Município de Foz do Iguaçu, lotes conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 147/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com o Município de Foz do Iguaçu, dispensada a avaliação prévia, os lotes n.ºs 12 e 13 da Quadra 01, da Zona "C" da cidade, localizados à Rua Rio Branco, esquina com Rua 10 de Junho, com área total de 3.600 m², e respectivas edificações, de propriedade do Estado, por 10 (dez) lotes de terreno de 15,00 x 30,00 m e mais 3 (três) lotes de 20,00 x 30,00 m com área total de 6.300 m², do Loteamento da Prefeitura situado à margem do acesso à BR-277, de propriedade do referido município.

§ 1.º - O Poder Executivo, no ato da permuta, fará constar cláusula estabelecendo a obrigação de o Município de Foz do Iguaçu construir, na área recebida em troca, três casas e um alojamento em alvenaria, no valor mínimo de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), destinados à localização das instalações da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1979.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A permuta ora sugerida afigura-se como imprescindível ao desenvolvimento de Foz do Iguaçu, uma vez que o objeto da permuta, a área de propriedade do Estado, por sua localização e características, é a base física ideal para a construção da Casa da Cultura de Foz do Iguaçu, conforme estudos em execução.

A importância da área para a municipalidade de Foz do Iguaçu fica patente, sendo que a permuta se apresenta igualmente vantajosa para o próprio Estado, se não vejamos:

O terreno do Estado possui as seguintes características:

a) uma edificação em alvenaria com 382,50 m², atualmen-

te ocupada, como presídio;

b) Uma casa de madeira com 54,00 m², em péssimo estado de conservação;

c) Uma construção térrea em alvenaria, para cozinha, com 12,00 m², de acabamento inferior; e,

d) 220 metros lineares de muro de tiloios, com 2,00 m de altura.

As referidas benfeitorias, mais a área a ser permutada, foram avaliadas em Cr\$ 2.581.392,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros).

A área de propriedade do município não possui benfeitorias, sendo a mesma avaliada em Cr\$ 1.701,00 (hum milhão, setecentos e hum mil cruzeiros), porém, para equilibrar os valores da permuta, o município construirá no terreno ora de sua propriedade, três casas e um alojamento para solteiros, em alvenaria, no valor de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) perfazendo um total de Cr\$ 2.501,00 (dois milhões, quinhentos e hum mil cruzeiros).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 147/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo permutar com o Município de Foz do Iguaçu, os lotes números 12 e 13, da Quadra 01 da Zona "C" da cidade, com área de 3.600 m², de propriedade do Estado, na forma que especifica.

A justificativa que o acompanha nos convence de sua oportunidade e conveniência, trata-se de um plano de lei meramente autorizatório, ficando na dependência do Chefe do Poder Executivo a sua conversão em lei.

Nestas condições, nada impede a sua tramitação normal por esta Casa, e o nosso parecer é pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1979

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; João Elísio, Relator

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelos falecimentos da Senhora Helenice Pereira Tolentino e do menor Marcelo Pereira Tolentino, esposa e filho do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e apoio aos quinze metalúrgicos demitidos sem justa causa pela Metalúrgica Britânia S/A., localizada em Curitiba. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mais uma vez quero manifestar aqui a minha posição pessoal na votação do requerimento de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus.

Consoante afirmei na semana passada, nesta Casa, tenho uma dúvida sobre a competência do Poder Legislativo em oferecer solidariedade ou mesmo intervenção a um movimento grevista, movimento este, embora justo - a meu ver, mas que é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, portanto, não vejo possibilidade da ingerência do Poder Legislativo numa entidade de direito privado como é esta companhia citada no requerimento de autoria do eminente Deputado Gernote Kirinus.

Nestas condições, votarei contrariamente ao requerimen-

to, muito embora, em espírito, eu esteja com o mesmo, porque acho um direito sagrado de cada cidadão reivindicar, lutar por melhores salários, entretanto, existe uma lei regulamentando movimentos dessa natureza, e nós temos que, acima de tudo, cumprir a lei, embora ela esteja errada, mas é a lei. Eu não vejo como possa este Poder Legislativo aprovar um voto de solidariedade a cidadãos que infringiram as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho. Acho que existe, acima da Assembléia Legislativa, um órgão do Governo Federal para julgar movimentos dessa natureza. Portanto, amparado neste raciocínio é que eu, pessoalmente, votarei contrariamente. Entretanto, declaro questão aberta para a bancada, porque, segundo o meu entendimento, esta é uma votação em que cada um vota de acordo com sua consciência. A minha, é pela rejeição.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A proposição do deputado Kirinus, de solidariedade a esses funcionários demitidos, é meramente simbólica, não é nada concreto, e depois, é para caracterizar uma posição política desta Casa, que é uma Casa política, contra os abusos que se cometem contra humildes trabalhadores, uma perseguição da força, porque não existe ainda um pronunciamento da justiça, para dizer que a greve é ilegal, e para que esses funcionários pudessem ser demitidos sumariamente, sem um pronunciamento da justiça.

Eles foram demitidos sem qualquer justificativa legal e esta Casa está apenas se manifestando no sentido de se solidarizar com esses funcionários, no sentido meramente simbólico. Não é nada concreto.

Portanto, eu não vejo porque o ilustre Líder da ARENA venha dizer que essa manifestação de solidariedade é ilegal, é de uma forma até inconstitucional e impertinente, porque nós nos manifestamos politicamente.

Muito obrigado.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para corrigir uma colocação injusta do nobre Deputado Lineu Turra. Primeiro, eu não falei como Líder da ARENA e sim, como Deputado.

E, em segundo lugar, exatamente por ser uma posição política, é que eu não quero acompanhar a política do MDB. Exatamente por isso é que votarei contrariamente.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — Rejeitado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados aprovam. 13 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scararamella, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Ronald S. Stresser, pela sua eleição ao cargo de Diretor-Presidente do "Diário do Paraná". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scararamella, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Cardeal e Patriarca Dom Iossef Sipyl, líder da Igreja Católica Ucraniana, pelo transcurso dos seus 40 anos de ordenação episcopal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja dada maior autonomia ao Município de Toledo, no tocante aos seus planos viários peculiares, com retenção de todas as multas de trânsito nele arrecadadas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um monocal na Vila Dois Marcos, Município de Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção da Associação Médica do Paraná - Regional de Ponta Grossa, pela realização do 4.º Congresso Médico. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Direção do Instituto de Terras e Cartografia, pela solução do problema fundiário de Campina Alta, Município de Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a implantação dos projetos de eletrificação rural do Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Núncio Apostólico Dom Carmine Rocco, Sr. Presidente da CNBB, e ao Arcebispo D. Pedro Fedalto, de Curitiba, no sentido de que seja incluída a cidade de Curitiba no roteiro oficial de Sua Santidade o Papa João Paulo II. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco Central, no sentido de que seja revogada a resolução que proíbe a reforma de empréstimos bancários realizados pelas Prefeituras Municipais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Airton

Cordeiro, Renato Bueno e João Elísio, constante do expediente, solicitando prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos da CPI sobre a Fundação Universidade Estadual de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Drs. Cláudio e Moysés Paciornik, pelas conclusões a que chegaram no campo médico-científico. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado da SUNAB, encarecendo seja reexaminada sua posição e providências tomadas no episódio que envolveu o Super Mercado das Bandeiras, LEMBRASUL, com a venda de carne congelada. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá, pela criação do Polo Industrial da Ponta do Poço. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelo transcurso do "Dia do Comerciante". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, em forma de apelo, sobre um rol de questões relativas à erva-mate. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 115, 116, 117 e 118/79;

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83 e 147/79;

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 143 e 144/79; e dos Projetos de Resolução n.ºs 119, 120 e 121/79.

Levanta-se a Sessão.